

RAMOS FLORES, Maria Bernadete. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997, 188 p.

SIDNEY ANTONIO DA SILVA*

Conhecida anteriormente como a cidade das malhas, Blumenau (SC) renasce com uma nova imagem, ou seja, como a cidade da “Oktoberfest”, após as enchentes de 1983 e 1984. De onde advém a força recriadora de uma cidade duramente afetada pela violência das águas? Quem são os atores desta ação? Por que a cultura aparece como corolário de um processo de reprodução capitalista em tempos de globalização, em que tudo tende a transformar-se em mercadoria, inclusive a própria cidade? Estas são algumas das indagações que o trabalho coordenado pela historiadora Maria Bernadete Ramos Flores propõe-se a abordar, procurando penetrar nos meandros de uma história feita por vários atores, embora alguns deles apareçam de forma secundária no cenário aparentemente igualitário da festa. Reconstituir, pois, os processos de criação de uma festa de caráter étnico, a qual ultrapassou de forma muito rápida os limites geográficos locais para tornar-se uma festa de projeção nacional e internacional, constitui o objeto central de análise da obra em questão.

Na primeira parte intitulada “maquinaria da festa”, os autores chamam a atenção para os vários elementos que estão em jogo na sua construção, destacando o olhar do turista, orientado para ver a cultura como “espetáculo”, produto a ser consumido, em contraposição à

visão dos moradores que participam dela. Para estes, a festa enseja a reatualização da sua memória, através do processo de re-invenção de tradições, o qual acaba por redefinir identidades étnicas.

Na segunda parte, dedicada ao processo de (re)invenção do urbanismo, eles apontam para uma situação no mínimo paradoxal inerente em tal processo, ou seja, a emergência de uma etnia denominada por eles “narcisista”. Isto se deve ao fato de que se, por um lado, as cidades são recriadas à imagem do povo alemão, tido como “ordeiro, trabalhador, limpo, progressista”, e constituído por “mulheres e crianças louras, saudáveis e bem coradas”, por outro há o controle da entrada destes migrantes, os quais constituem a maioria de suas populações.

Finalmente, a análise do livro orienta-se para “a economia sob a égide da imagem no Estado de festa”, sinalizando as várias temporalidades presentes nesta, em que lazer e trabalho tendem a se confundir. Os autores concluem, no entanto, que o “*ethos* do trabalho”, fator de identificação étnica, acabou se impondo ao tempo do lazer.

São muitos os pontos de interesse que chamam a atenção neste livro. Gostaria, porém, destacar alguns deles, por tratarem de questões que perpassam as fronteiras disciplinares e apresentam-se como grandes desafios para os cientistas sociais.

* Doutorando em Antropologia Social, FFLCH-USP.

O primeiro deles diz respeito à relação entre mito e história, uma vez que a divisão entre mitologia e história que estamos habituados a fazer não se encontra bem definida. Para Lévi-Strauss (1997), na Mitologia “encontramos os mesmos elementos mitológicos combinados de infinitas maneiras, mas num sistema fechado, contrapondo-se à História, que, evidentemente, é um sistema aberto”, possibilitando, assim, inúmeras formas de “compor e recompor as células mitológicas ou as células explicativas, que eram originalmente mitológicas”¹. Nesse sentido, o mito pode tornar-se história e vice-versa. É o que constataram os autores da referida obra, pois é em torno do mito fundador da festa, centrado na enchente de 1984, que se desenvolve uma série de argumentações que dão suporte à “maquinaria” de fazer a festa. Uma delas é a de que a enchente teria despertado nos imigrantes “o mito da bravura e da coragem do povo alemão”, destacando, assim, o “*ethos*” do trabalho e transformando-o num elemento de diferenciação étnica em relação aos outros moradores da cidade, os migrantes internos. Aliás, vale dizer que o “*ethos*” do trabalho tem sido evocado também por outros grupos de imigrantes como marca diferenciadora, como é o caso dos italianos, japoneses, bolivianos, entre outros. Assim, remarcam os autores, que a festa “acaba por apresentar e representar uma história mitificada, apologética, seletiva, cuja versão é trazida a público através de emblemas de um passado seletivo, pelos fazedores de festa” (46). A outra é a de que a festa teria ensejado a possibilidade de mostrar a cultura e as tradições a um público ampliado, uma vez que tais tradições eram consideradas, até então, pela geração anterior, como “bregas”. Temos, por conseguinte,

um processo de reinvenção da tradição, o qual procura buscar no passado e na continuidade com ele o suporte de sua legitimação. Tal processo acaba por redefinir também a identidade étnica do grupo em questão, uma vez que a “germanidade” é reapresentada aos turistas através do caserio enxaimel, dos jardins bem cuidados, das comidas e música típicas etc.

O segundo ponto diz respeito à relação entre produção cultural e produção econômica, na medida em que a reprodução do capital imprimiu uma nova concepção de tempo e de se relacionar com os bens da cultura material, transformando-os em mercadorias. Segundo os autores, a festa propicia o desenvolvimento de uma variedade de atividades voltadas sobretudo para o evento, como os bordados, as porcelanas pintadas, as comidas típicas, a música etc., que podem representar momentos de prazer e de expressão das habilidades dos artesãos e artesãs. Neste caso, segundo eles, “desfazem-se as fronteiras entre objeto de produção e objeto de arte, entre alienação e criação; o valor de troca é difícil de ser medido. O fetiche, próprio da mercadoria, aqui se desfaz, não omitindo o produtor, o qual faz parte dele” (134-135). Tais argumentações fazem-me evocar as análises de Marshall Sahlins em *Cultura e Razão Prática* (1974), o qual critica o caráter utilitarista aferido à cultura ocidental, tendo como caso emblemático a sua própria cultura, ou seja, a americana. Para ele “o valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Porque a ‘utilidade’ não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas”. Portanto, conclui o autor que todo e qualquer objeto só existe e circula numa dada sociedade em razão da sua correlação com um sistema simbólico vigente nela².

1. Cf. Lévi-Strauss. *Mito e Significado*, Lisboa: Edições 70, p. 61.

2. Cf. Sahlins, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 189.

Nesta perspectiva, a cultura apresentada no atrativo e imagético cenário da festa não é apenas um espetáculo, ou um produto a ser consumido pelos turistas, como sugerem os autores da obra em questão, mas é também produção simbólica, cujos significados são aferidos pelos vários atores que a fazem e participam dela. Da mesma forma, é complicado dizer que a festa e a própria cidade teriam sido subjugadas pelos interesses econômicos, pois sua realização implica um constante processo de negociação entre os “fazedores de festa”.

Nesse sentido, cabe perguntar quais seriam estes significados para os vários atores presentes nas festas realizadas na região do vale do Itajaí e do Itapocu (Ferraneco-Brusque, Chuchoppfest-Gaspar, Kegelfest-Rio do Sul, Fenachopp-Joinville, Schutzenfest-Jaraguá do Sul).

Na medida em que aborda a visão de vários atores, este estudo ajuda-nos a ver a realidade multifacetada que constituem as festas em qualquer lugar e circunstâncias, não obstante a carência de uma maior teorização sobre os significados que as festas possam vir a ter nos vários contextos assinalados. Se, por um lado, elas aglutinam pessoas e grupos diferentes num mesmo local, por outro elas também excluem a outros, como remarcam os autores deste trabalho, em que os migrantes internos são excluídos e as mulheres ocupam uma posição secundária nos trabalhos. Além disso, a festa é um espaço privilegiado para a reafirmação de identidades e para a recriação de tradições, colocando em cena uma história idealizada e reificada. Numa perspectiva maussiana, eu diria, portanto, que, como

um “fato social total”, ela permite expressar, no nível do simbólico, as contradições da realidade social, bem como evocar realidades pretéritas, revestindo-as de uma nova áurea de legitimidade. Nesse sentido, a “festa” continua sendo um dos campos de observação privilegiado para os cientistas sociais, sejam eles historiadores ou antropólogos, pois cada olhar é único e carrega em si as marcas do seu observador, bem como as suas limitações, uma vez que, segundo o princípio boasiano, “o olho que vê é o órgão da tradição”.

O trabalho coordenado por Maria Bernadete Ramos Flores, apresenta-se, portanto, como uma interessante abordagem diacrônica de uma história que pode ser lida sob vários pontos de vista. Seria, porém, igualmente instigante a abordagem do mesmo evento a partir de uma perspectiva sincrônica, pois ela nos permitiria constatar elementos de “longa duração” nas estruturas festivas que se reordenam ao longo da história, como é o caso do tradicional desfile ou cortejo, já constatado nas festas medievais ou na sociedade de corte, e hoje presente na Oktoberfest e outras festas populares brasileiras. Ou, ainda, é possível observá-lo na sua versão religiosa expressa na variedade de procissões católicas, particularmente no Triunfo Eucarístico³. Portanto, a festa, além de “alegrar os espíritos”, aguçar e agradar o paladar de um público exigente, veicular identidades, ou, ainda, ser um “bom negócio” para os empresários, continua sendo “boa para pensar”, dentre outras questões, as formas de apropriação da cultura por outras instâncias da vida social no desigual e “naturalizado” cenário da globalização.

3. Cf. Montes, Maria Lúcia. “Entre a Vida comum e a arte: a festa barroca”. In: *O Universo mágico do Barroco Brasileiro*. São Paulo: FINEP-Pinacoteca, 1998.